



# As ações de Extensão Universitária na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: avanços e desafios

Maria José Nogueira: Ciências Sociais - Fundação João Pinheiro

Beatrice Correa de Oliveira: Administração Pública - Fundação João Pinheiro

Roberto Eduardo Santos de Souza: Administração Pública - Fundação João Pinheiro

Maria Isabel Araújo Rodrigues: Administração Pública - Fundação João Pinheiro

## Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, apresenta o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao dispor que:

“as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Tal princípio pode ser compreendido como uma resposta a demandas sociais por uma Universidade socialmente responsável, que dialogue mais ativamente com diversos setores da sociedade e que propugne uma formação e produção de conhecimento, em diálogo com necessidades sociais, segundo Gonçalves (2015). Ao considerar as particularidades de cada uma das três funções universitárias, Moita e Andrade (2009), chamam a atenção para o caráter catalisador do conhecimento “pluriversitário” garantido pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que permitiria, segundo Souza Santos (2004, p. 31), “a inserção da universidade na sociedade e a inserção desta na universidade”.

Sendo assim, a Extensão pode ser entendida como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, como definido no Plano Nacional de Extensão Universitária. (Brasil 2001). Na abertura do documento, Souza Santos destaca que:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da Universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (SOUZA SANTOS, 2004)

Desse modo, este artigo tem por objetivo apresentar algumas atividades de extensão no âmbito do Curso de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo do Estado de Minas Gerais, bem como refletir sobre a importância dessas atividades, no contexto de um curso que forma profissionais para a carreira específica de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental de Minas Gerais (EPPGG). No âmbito do Governo Federal, a carreira de EPPGG nasceu no contexto de modernização da administração pública federal, quando foi criada, em 1986, a Escola Nacional de Administração

Pública (ENAP). Em Minas Gerais, foi iniciado um movimento na mesma direção, de estruturar uma burocracia administrativo-organizacional estável e meritocrática, com a criação, em 1986, do Curso de Administração (CSAP) com ênfase em Administração Pública, visando ingresso na carreira de Administrador Público. O curso foi reconhecido no ano de 1994, e, em 1998, a carreira de Administrador Público foi transformada em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

## Metodologia

Para descrever as atividades de extensão do curso de Administração Pública, foi adotada a perspectiva da análise documental enquanto método (Oliveira, 2007), além da realização de entrevistas semiestruturadas para levantamento da história da extensão na EG.

Os documentos são tomados como base para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, cujos objetivos advêm do interesse do pesquisador. A abordagem qualitativa do método foi escolhida, uma vez que se buscou enfatizar não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas uma leitura compressiva e crítica das fontes documentais. Os documentos são registros escritos que proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo (Oliveira, 2007). Os documentos analisados foram: a Lei Estadual nº 18.974/2010<sup>1</sup> e seus regulamentos; o parecer nº 08 do Conselho Estadual de Educação, de 15/01/1986, que autorizou a criação do curso; e documentos institucionais, jurídicos e registros administrativos afetos à temática da extensão na escola de governo.

---

1. Estruturou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, sendo a legislação atualmente vigente.

Por sua vez, a entrevista é uma técnica de pesquisa com pessoas cuja característica é o diálogo direto entre entrevistador e entrevistado. Podem ser realizadas pessoalmente, por telefone, por videoconferências ou pela web — e a opção aqui adotada foi a entrevista pessoal (Goode; Hatt, 1979). Foram realizadas três entrevistas no total, incluindo gestor, ex-gestor e técnico da Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI).

## Resultados e discussões

Fazendo uma retrospectiva das atividades de extensão, identifica-se que até 1996, ou seja, nos primeiros quatro anos de funcionamento da EG, não existia nenhuma ação de extensão universitária formalizada na estrutura administrativa da Escola de Governo, nem uma gerência ou superintendência dedicada para cuidar dessas atividades. Com a alteração da estrutura da Escola de Governo, ocorrida em 1997, a Superintendência de Estágio foi transformada em Superintendência de Extensão. Apesar disso, a compreensão do conceito de extensão ainda estava restrita como um meio de transferência de conhecimento unilateral e de capacitação para servidores públicos, sem o reconhecimento da possibilidade de troca de conhecimento e experiências entre a sociedade e o meio acadêmico, através de projetos ou programas com foco no desenvolvimento do espírito crítico de alunos, e na área social.

As primeiras iniciativas de ações de extensão, concebidas numa perspectiva extensionista compreendidas nesse trabalho, surgiram em meados dos anos 2000, pela conjugação de interesses de alunos e do corpo docente da Escola de Governo, que cogitava oferecer atividades extraclasse aos estudantes. Entretanto, não houve registro dessas atividades; o resgate histórico das atividades de extensão, foi realizado por meio das entrevistas com a ex-gestora da Gerência de Extensão e Relações Institucionais.

A partir de 2004, o projeto pedagógico do CSAP passa a prever realização de Atividades Complementares de Graduação, que visam ao desenvolvimento, avaliação e reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos por meio de práticas opcionais, interdisciplinares, transversais e independentes, que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos. Podem ser desenvolvidas na forma de atividades de Ensino, Pesquisa ou Extensão, devendo o aluno obrigatoriamente realizar o mínimo de horas em cada uma das atividades.

Já em 2007, foi implantado na escola o Laboratório de Políticas Públicas, que integraria as atividades complementares de graduação do Curso Superior de Administração Pública. O laboratório consistia em ações e iniciativas diversas, voltadas para uma maior integração dos alunos com a máquina governamental e com a gestão pública. Representava, nesse sentido, um espaço para o desenvolvimento de ações orientadas para a produção de conhecimento teórico e prático sobre o setor público, governamental e não governamental, e envolvia ações de natureza distintas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007).

A Extensão adquire novo significado e importância na Escola de Governo com a publicação do novo projeto pedagógico do CSAP, em 2013, trazendo as atividades complementares de graduação (ACG), incluindo outra modalidade de ação de extensão na matriz curricular, denominada Atividades de Imersão e Conexão. Esta atividade foi dotada de carga horária mínima de 60 horas a ser cumprida por aluno. Desde então, é possível apontar um processo de valorização das atividades de extensão da Escola de Governo. Esse processo é decorrente do aumento de funcionários da gerência, crescimento expressivo das atividades de extensão, orçamento próprio e aumento do reconhecimento pelos alunos da importância da sua participação.

A partir do histórico de projetos desenvolvidos e das demandas dos próprios estudantes, de acordo

com registros internos da Gerência, no primeiro semestre de 2017, houve 14 projetos ativos na Escola de Governo, e mais de 50% dos alunos matriculados no CSAP, já participaram de algum projeto de extensão. Dentre esses projetos, identificam-se os sociais, em que há contato maior com outros setores da sociedade e público diretamente beneficiado; os de imersão municipal, em que os estudantes permanecem algumas semanas nas municipalidades, atuando para fortalecimento da administração local; e os de desenvolvimento acadêmico/profissional, todos articulando Ensino, Pesquisa e Extensão. O diagrama a seguir situa cada um dos projetos.

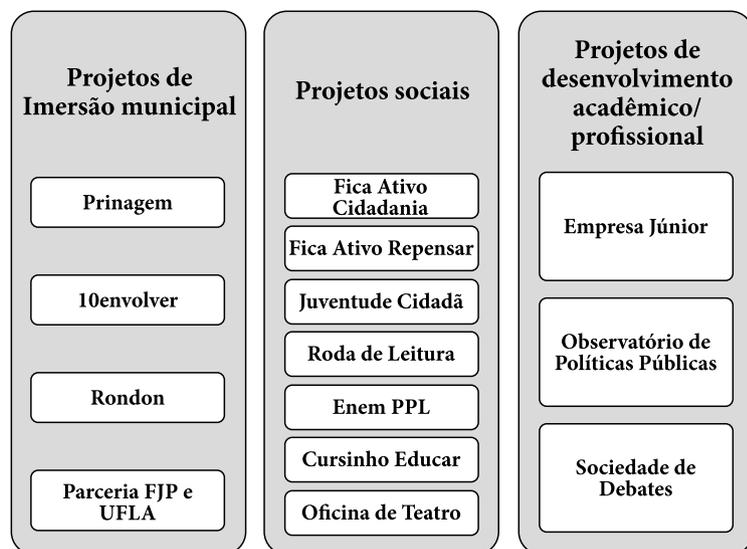


Diagrama 1 - Projetos de imersão ativos no primeiro semestre de 2017, por eixo temático.

Fonte: Elaboração própria com base em registros administrativos da GERI

Os projetos de imersão municipal abrangem as iniciativas que levam o estudante do CSAP a conhecer *in loco* a diversidade da realidade brasileira, possibilitando aos mesmos o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. As primeiras iniciativas de imersão inauguraram-se com a proposta de estágio de inverno em 2013, por meio de um projeto piloto de municipalização das práticas de gestão pública. Tal projeto contava com alunos do Curso de Administração

Pública, para a realização de diagnóstico da qualidade gerencial em municípios mineiros.

Com a aprovação do novo Projeto Pedagógico do curso, em 2014, formalizou-se a gradativa valorização da extensão na Escola, em especial em relação aos projetos sociais e aos de imersão, que passaram a fazer parte da carga horária obrigatória do curso (Fundação João Pinheiro, 2017). A partir de então, passam a se diversificar as atividades de imersão, as quais são desenvolvidas em conformidade com a metodologia de pesquisa-ação, na qual o estudante atua e, ao mesmo tempo, aprende em conjunto com a

comunidade local, por meio da troca de saberes, de experiências e da vivência, solidificando, assim, seus conhecimentos acadêmicos. Assim, desenvolver uma prática contextualizada, o aluno é capaz de questioná-los, validá-los e/ou retificá-los (Tripp, 2005). Os discentes são preparados por um professor orientador durante o semestre letivo, para elaboração do pré-diagnóstico do município e também do planejamento inicial, que norteará as ações na localidade. Enquanto prática compartilhada e desenvolvida pela pesquisa-ação, a

definição de quais serão as ações a serem de fato desenvolvidas, somente ocorrerá após os estudantes, *in loco*, conversarem com os servidores e demais envolvidos, em busca de compreender as demandas e os recursos disponíveis.

O Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – PRINAGEM é um dos projetos de imersão. Nele, os estudantes permanecem durante o período de férias por quatro semanas em um município localizado preferencialmente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, atuando em projetos de administração municipal nas seguintes áreas: gestão e avaliação de projetos e políticas públicas; mapeamento e redesenho de processos; e fortalecimento de ações

voltadas para a participação social.

O programa iniciou-se em julho de 2016 e enviou 52 estudantes de todos os períodos do CSAP, a 18 municípios de Minas Gerais. Nessas experiências, os alunos têm desenvolvido diversas atividades para o aprimoramento da gestão local, tais como: organização do setor de recursos humanos, realizando contagem de férias atrasadas dos servidores e pesquisas de clima organizacional; estruturação dos sites das prefeituras, buscando colaborar para uma administração transparente; acompanhamento e sugestão de boas práticas nos setores de licitação e compras; suporte para elaboração de diagnósticos para o Plano Plurianual; suporte no processo de regularização fundiária urbana; e suporte no processo de cadastramento de famílias junto à assistência social, das comunidades desses municípios.

De maneira geral, o retorno recebido pela Gerência de Extensão da Fundação João Pinheiro,

através dos estudantes que participam do PRINAGEM, tem correspondido às expectativas. Os alunos que realizaram essa imersão consideram que a experiência possibilitou a aplicação, na prática, de conceitos teóricos aprendidos na graduação em Administração Pública; estimulou a pensar em soluções e propostas diante da realidade e problemas sociais da administração pública local; possibilitou perceber realidades sociais diversas das quais convivem; contribuiu para a formação enquanto cidadãos e futuros servidores públicos; e foi uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades interpessoais, relevantes para o contexto profissional. Essas informações foram auferidas no formulário de avaliação do Programa, preenchido pelos alunos participantes após o fim da imersão.

Os projetos de aperfeiçoamento profissional/acadêmico são iniciativas que, pela natureza de suas atividades, incentivam a pesquisa e o desempenho técnico. Uma dessas atividades é a



Figura 1 - Estudantes da FJP e professor da Gerência de Extensão em reunião de planejamento de atividades para a imersão municipal. Fonte: Acervo Fundação João Pinheiro



Figura 2 - Alunos participantes da Consultoria Júnior – março de 2017  
Fonte: Acervo João Pinheiro Júnior

Consultoria Júnior em Administração Pública<sup>2</sup>. Elaborada em conformidade com o conceito de empresa júnior, a João Pinheiro Júnior presta serviços de consultoria, assessoria e elaboração de projetos nas diversas áreas da gestão pública, atuando junto a órgãos das esferas municipal, estadual e federal. Os objetivos são desenvolver profissionais capazes de contribuir para a melhoria da administração pública, e proporcionar aprendizado e experiência extracurricular aos estudantes do curso de Administração Pública.

Para cada projeto desenvolvido é formada uma equipe de consultores juniores (alunos) que, através do auxílio de um professor do CSAP, desenvolve as atividades contratadas pelos clientes. Em síntese, essas atividades estão relacionadas ao mapeamento, pesquisa e diagnóstico

de políticas públicas; à otimização de processos; à pesquisa de clima organizacional; ao planejamento estratégico; à construção de planos de cargos, carreiras e vencimentos; ao auxílio em treinamentos; à modernização da gestão pública de municípios; à aplicação e coleta de dados em pesquisas; e ao auxílio na elaboração de planos diretores. De acordo com os registros da João Pinheiro Júnior, desde 1998, mais de 700 alunos participaram do projeto.

Tais experiências trazem como consequência uma *expertise* maior, tornando os alunos, mais capacitados para a elaboração de políticas públicas efetivas. O cuidado em manter sempre um professor da Escola de Governo responsável pelas práticas de extensão (incluindo a supervisão dos projetos desenvolvidos pela Consultoria Júnior) reflete o alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a importância deste tripé na formação acadêmica.

Por sua vez, os projetos sociais são os que permitem aos estudantes estarem em contato com pessoas da comunidade nos entornos da universidade, preferencialmente em áreas de

2. A João Pinheiro Júnior é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída e gerida por alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo, sob supervisão da Gerência de Extensão e Relações Institucionais. A Consultoria Júnior atende às organizações do setor público, como secretarias, prefeituras, câmaras municipais, empresas públicas, fundações, autarquias, sociedades de economia mista e ainda organizações não-governamentais

vulnerabilidade social, desenvolvendo atividades em conjunto. Assim, se proporciona o contato com a realidade social contemporânea ao mesmo tempo em que estes projetos favorecem a troca de conhecimentos e experiências. Dentre essas atividades, destaca-se o projeto Fica Ativo! Cidadania, por meio do qual a Escola de Governo promove a interação dos estudantes do Curso Superior de Administração Pública com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – oriundos de escolas públicas localizadas em áreas de vulnerabilidade social. Para tanto, são realizados encontros periódicos em que se debatem temas que estimulam a reflexão temática do cotidiano, relacionando-as à cidadania e à problemática social e histórica em que estão inseridos os alunos do EJA, a fim de que estes possam se identificar como cidadãos capazes de atuar de maneira transformadora, diante das contradições sociais.

Quanto aos temas, são definidos a partir de dinâmicas realizadas com os alunos do EJA, onde se tem a intenção de captar quais áreas são interessantes e significativas para os próprios alunos, priorizando aqueles temas que estimulam a discussão e a crítica a partir de experiências

compartilhadas. Os alunos da Escola de Governo, por sua vez, são estimulados à autocrítica e à conscientização da importância do planejamento e organização, e são expostos a situações que exigem tomadas de decisão.

O projeto Fica Ativo! Cidadania, existe desde 2013 e já atendeu 840 jovens e adultos, contando com a participação de 119 alunos do Curso Superior de Administração Pública.

### Considerações finais

Nos últimos anos, a extensão universitária tem se consolidado na Escola de Governo principalmente pela compreensão de seu crucial papel na proposta de uma formação de administradores com fundamentos teóricos sólidos, mas altamente sensíveis à realidade, a fim de que estes novos profissionais encontrem-se preparados para respeitar e valorizar as características individuais e sócio-comunitárias, possibilitando novas oportunidades àqueles que, por diversos motivos, não foram ainda contemplados pelas políticas públicas. Os projetos da Escola de Governo



Figura 3 - Estudantes da FJP e alunos da Escola Municipal Dora Tomich Laender- Projeto -Fica Ativo Cidadania em 2017  
Fonte: Acervo Fundação João Pinheiro

observam a primazia de princípios fundados na inclusão social em seus diversos aspectos, no respeito à diversidade e às minorias, promovendo valorização cultural, artística e social.

Acredita-se que a valorização desse tripé possa ser capaz de formar quadros burocráticos mais críticos e comprometidos com a intervenção social, bem como aproximar os pesquisadores da prática cotidiana, o que poderá potencializar os resultados de estudos e pesquisas. Como explicitado na literatura, deve-se lutar por uma universidade que garanta uma amalgama homogênea, formada pelos princípios de ensino, pesquisa e extensão. O ensino eficaz e transformador é respaldado pela qualidade e eficiência da pesquisa

e extensão. A partir do estudo, é possível verificar esforços nas experiências e ações da Escola de Governo no sentido de buscar o entrelaçamento do ensino, pesquisa e extensão. Tal esforço torna-se central, uma vez que os alunos da graduação em Administração Pública, ao ingressarem na carreira de EPPGG, nas várias secretarias do Estado de Minas Gerais, poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas mais aderentes com a realidade social. Por outro lado, é necessário destacar que tal tarefa ainda encontra enormes desafios e entraves para sua efetivação de forma plena. ◀

## Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada Brasil 2000 / 2001** Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. 2001

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (CSAP)**. Belo Horizonte, [2007].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (CSAP)**. Belo Horizonte, [2016].

GOODE, William J.; HATT, Paul. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto, **Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário**. Revista Perspectiva, Florianópolis, 2015, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256., 2015

MAZZILLI, Sueli; MACIEL, Alderlândia S. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010. Caxambú. Anais. Caxambú, MG: Anped, 2010.

MOITA, F.M.G.S.C; ANDRADE, F.C.B. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissolubilidade na pós-graduação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2009, v. 14, n.41, p. 269-393, 2009.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde. 2007**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 721-756.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005